

**Dos tetos sem nossos nomes:
décadas ecumênicas, ação de mulheres e disputa histórica**

From the ceilings without our names:
ecumenical decades, women's action and historical dispute

*Tatiane dos Santos Duarte**

 <https://doi.org/10.29327/256659.13.2-8>

Resumo:

Este artigo é parte da minha tese de doutorado, cujo trabalho de campo se deu entre agosto de 2014 e agosto de 2017, em eventos e atividades do movimento ecumênico brasileiro. Através de um olhar posicionado (Haraway, 1995), partimos epistemologicamente da “suspeita” de que haveria muitas histórias a ser contadas sobre o ecumenismo que não do e no masculino. Analisamos aqui as disputas envolvidas nas relações entre experiências no passado, considerando as décadas ecumênicas de ação de mulheres para mulheres, atos ecumênicos no tempo presente e os “horizontes de expectativas” (Koselleck, 2006) que se entrelaçam e constituem outras histórias possíveis.

Palavras-chave: ação ecumênica de mulheres, disputa histórica, silenciamentos históricos, décadas ecumênicas.

Abstract:

This article is part of my doctoral thesis, whose fieldwork took place between August 2014 and August 2017, in events and activities of the Brazilian ecumenical movement. Through a positioned eye (Haraway, 1995), we start epistemologically from the “suspicion” that there would be many stories to be told about ecumenism other than from and in the masculine. Here we analyze the disputes involved in the relations between experiences in the past, considering the ecumenical decades of action of women for women, ecumenical acts in the present time and the “horizons of expectations” (Koselleck, 2006) that intertwine and constitute other possible stories.

Keywords: women's ecumenical action, historical dispute, historical silencing, ecumenical decades.

* Pesquisadora e Docente do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher/Nepem do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares/CEAM da Universidade de Brasília (UnB). Doutora e Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social pela UnB. Licenciada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Introdução

“Deus é Mãe
E todas as ciências femininas”¹

Este artigo é parte da minha tese de doutorado, defendida em agosto de 2018 e cujo trabalho de campo se deu entre agosto de 2014 e agosto de 2017, em eventos e atividades do movimento ecumênico brasileiro, sobretudo, aqueles organizados pelo Conselho Nacional de Igrejas Cristãs/CONIC e pelo Fórum Ecumênico ACT Brasil – FEACT Brasil. O escopo inicial da pesquisa era contrastá-los com grupos fundamentalistas, como a Frente Parlamentar Evangélica por mim estudada no mestrado (Duarte, 2011) e, para isso, explorei como agentes e entidades ecumênicas vinculavam identidade religiosa e discurso e ação política comprometida com pautas em prol dos direitos humanos, das liberdades religiosas e da laicidade do Estado.

Entretanto, quando consegui pleno acesso ao campo, para minha surpresa, o que encontrei foi uma série de cerceamentos as temáticas relativas às sexualidades e aos direitos sexuais e reprodutivos e até mesmo silenciamentos dos termos gênero e feminismo e das violências às mulheres. Apesar da possibilidade de maior conversação de temas considerados “controversos”, e comumente interditados no campo religioso cristão em geral, não era incomum que determinadas agendas e demandas provocassem desconfortos, conflitos e dissensos ao passo que também não ocupavam o posicionamento público ecumênico, sobretudo, de entidades com assento de igrejas, em especial, da católica romana (Duarte, 2021; Py, 2021).

Ao mesmo tempo, o que as mulheres que fui conhecendo desejavam evidenciar era como a participação feminina nas igrejas, os reconhecimentos de seus dons, ministérios e vocações, assim como de seus feitos para a própria construção e consolidação das denominações religiosas e ecumênicas no país continuavam ainda sendo desacreditadas ou tornadas ausentes também entre aqueles que se colocam no campo religioso como sujeitos de identidades evangélicas ou cristãs distintas daqueles conservadores ou fundamentalistas.

Assim, segui etnograficamente a proposta dessas mulheres ecumênicas com as quais construí afinidades políticas feministas, de que haveria muitas histórias a ser contadas sobre o ecumenismo nas quais os sujeitos eram elas que

também conjugaram verbos e realizaram importantes ações naquele campo social. Deste modo, privilegiei temas que elas consideravam interessantes de ser demonstrados no presente para se conectar com os processos de disputas históricas do passado diante de uma história oficial dos cristianismos, católicos e evangélicos, e também do ecumenismo verbalizada pelo masculino e no masculino (Gebara, 2017).

Através de um olhar posicionado (Haraway, 1995) em campo, parti epistemologicamente da “*suspeita*”² como método de pesquisa capaz de me fazer questionar as histórias que me contavam e para interrogar os autores que me indicavam, as pessoas que me diziam ser imprescindíveis para que eu entendesse sobre o ecumenismo e o movimento ecumênico: majoritariamente homens, sacerdotes e teólogos.

Ao mesmo tempo, “*suspeitamos*” das vocalizações epistêmicas hegemônicas de nossos campos de conhecimento (Scott, 1992; Correa, 2003) e das referências tornadas fundadoras e clássicas (Branco et al., 2018), por isso, nos aportamos em parte da historiografia (Del Priori, 2001; Rago, 1998; Soihet; Pedro, 2007) e da epistemologia feminista (Harding, 1991; Haraway, 1995, Spivak, 2010) assim como das teologias feministas (Fiorenza, 1992, 1995; Gebara, 2006, 2008, 2017).

Neste artigo, privilegiamos partes dessa discussão feita na tese sobre como as ações ecumênicas de mulheres no tempo presente correlacionam-se às narrações sobre os atos e experiências do passado e que se alinham a “horizontes de expectativas” (Koselleck, 2006), sem torná-las um conjunto de fatos lineares e auto-explicativos. Para isso, foram utilizadas fontes disponibilizadas por essas mulheres, as edições disponíveis do “Informativo Mulheres Agora” encontradas no acervo do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs/CONIC e no escritório de Koinonia em São Paulo e as entrevistas realizadas com mulheres participantes da “Década ecumênica de solidariedade das igrejas com as mulheres” (1988-1998).

Evidenciamos nossas histórias possíveis (Navarro-Swain, 1998) por meio de atos de memória sobre acontecimentos, feitos, sentimentos, ditos, projetos e intenções, em tempos e espaços variados, que sincronicamente apontam persistências e resistências e profetizam desejos latentes nas ações ecumênicas de e entre mulheres.

“Quem está faltando nessa mesa? E por quê?”: sobre as ausências na história ecumênica.

Assumir a importância política e epistemológica, como uma antropóloga feminista, de etnografar “*outra história a ser contada*” sobre o movimento ecumênico, objetivava alargar o escopo analítico e repovoar as produções intelectuais sobre o ecumenismo com as perspectivas de mulheres com quem construía relações em campo e com as teologias feministas que começava a conhecer e a estudar.

Para isso, empreendi uma espécie de busca indiciária das literaturas produzidas sobre a história do ecumenismo no Brasil e na América Latina para conhecer melhor quais eram as histórias já contadas e quais histórias não haviam sido contadas bem como o que as histórias contadas revelavam e o que omitiam.

Encontrei uma produção intelectual sobre o surgimento do ecumenismo moderno, das missões protestantes e da formação dos protestantismos na América Latina no início do século XX bem como do próprio movimento ecumênico contemporâneo de primazia autoral masculina e uma história narrativa de feitos masculinos, apenas (Duarte, 2021).

Sandra de Souza (2015) aponta para o importante papel das críticas feministas para os estudos da religião e também para a quebra de paradigmas científicos produtores de saberes-poderes masculinos e universais, pois, no campo das teologias e das ciências da religião, há ainda muita resistência aos estudos de gênero e aos feminismos teológicos e laicos. O que impacta, inclusive, o quadro docente e discente das faculdades de teologia no país e, conseqüentemente, a formação de líderes religiosos avessos e incomodados com os gêneros de nossas teologias e teorias (Rosado-Nunes, 2014)

Como Ivone Gebara (2017) afirma, há uma histórica “dominação do feminino” (p. 17) nas sociedades em geral, mas, nos espaços cristãos e ecumênicos, a teologia patriarcal continua reificando um verbo bíblico que ordena lugares e estabelece comportamentos às mulheres (de submissão, pureza, recato, silêncio) tendo nossas ações e biografias usurpadas ou deturpadas pela voz epistêmica masculina que teima em afirmar a história única sobre todas nós. Deste modo, tem se perpetuado assimetrias e violências de gênero enquanto expressão legítima “de uma vontade divina misógina” (idem, p. 17) que diz o que as mulheres podem ou não fazer nos espaços religiosos e fora deles.

Por isso, a despeito décadas de produções teológicas feministas, as mulheres continuam a ser desconsideradas como teólogas e como pessoas de igual importância para as comunidades religiosas. Continuam sendo exaltadas apenas para reafirmar os lugares subalternizados que o patriarcado laico e religioso as destina. Silêncios esses que pude presenciar em diversos momentos durante o campo. Um desses é sobre as próprias teologias feministas fomentadas pelos feminismos laicos construíram uma formulação epistemológica e política para realizar outras interpretações bíblicas e outras categorias de análise das participações femininas no campo religioso e em outros campos sociais.

Para isso, a “metodologia da suspeita³” é formulada para questionar os conceitos teológicos e as histórias contadas sobre as mulheres na Bíblia, suas invisibilizações autorais teológicas e seus lugares subalternizados nas vivências comunitárias religiosas. Deste modo, utilizamos desse recurso para disputar a verdade religiosa estabelecida como única e apresentar outras vozes ausentes nas histórias que tem sido contada.

Por conta do meu histórico em campos de pesquisa com grupos denominados fundamentalistas evangélicos (cf. Dias, 2009 e Cordeiro, 2009), não era uma novidade sociológica que as interlocuções e ações políticas e teológicas de/com/entre mulheres cristãs e a socialização e formação identitárias religiosas de mulheres passava também por verbalizações de lugares-comuns de gênero (De Souza, 2015, Machado, 2005).

Portanto, era preciso pontuarmos como temos escrito o passado e nos inscrito, a partir do presente etnográfico, questionando as histórias oficiais e ressaltando os caminhos já percorridos e os caminhos que ainda precisamos percorrer sem deixar de sermos religiosas, antropólogas, feministas. Por isso, também disputamos as histórias esquecidas (Perrot, 2005) de mulheres como construtoras das comunidades e dos mundos (Moyo, 2016) sendo evidenciadas na historiografia no masculino como agente histórico universal.

Assim, evidenciamos outra historiografia que refuta os discursos e representações sobre o feminino e seus lugares e papéis sociais e reivindica autoria e lugar na história, nomes e sobrenomes de mulheres grifados nos anais e titularidades nos tetos construídos também por nós. Por isso, escrevemos também sobre os empreendimentos ousados em busca de ocupação dos espaços usurpados, disputa das narrativas, críticas teológicas provocadoras aos *status quo* vigentes e autorizados.

Logo, procuramos edificar nossos tetos sagrados e políticos considerando que as ações históricas não são lineares nem lutas políticas e disputas epistemológicas desprovidas de confrontos e contrassensos muito menos em campos, como os religiosos cristãos na América latina, marcados por “roteiros coloniais” (Souza, 2014, p. 22), patriarcais e também racistas. Apesar de o movimento ecumênico ter sido construído em diálogo com a agenda internacional de direitos humanos⁴, o ecumenismo moderno inicia-se por uma perspectiva eurocêntrica e colonial que pautou o projeto missionário e suas ações locais no início do século XX (Souza, 2014; Bencke, 2014) e que, de muitos modos, permanece em práticas ecumênicas no século XXI.

Como lembrou Fulata Moyo, então Executiva do Programa para mulheres na igreja e na sociedade do Conselho Mundial de Igrejas, no V Congresso Latino-americano de Gênero e Religião, organizado pelo Núcleo de Gênero das Faculdades EST, em São Leopoldo/RS, em agosto de 2015, a promoção da unidade ecumênica não pode continuar desconsiderando os feitos das mulheres na história do ecumenismo. Naquele dia, Fulata Moyo questionou a assembleia: “*quem está faltando na mesa ecumênica? Por que as mulheres têm sido desconsideradas como teólogas e como agentes políticas de ação ecumênica?*”⁵.

Seguindo essa proposta de perguntar onde estão às mulheres na história do ecumenismo, Romi Bencke e Cecília Castillo, que ocupavam importantes cargos em organismos ecumênicos, também questionaram sobre os silenciamentos e invisibilizações das mulheres no movimento ecumênico latino-americano e internacional. E em seus dizeres e fazeres teológicos e proféticos justamente por que o ecumenismo não é esvaziado de conteúdos políticos e disputas ideológicas.

Por isso, como ressaltou Romi Bencke, é necessário afirmar que “*o rosto de Jesus está desfigurado, nós não podemos ser representantes desse rosto*”. Logo, é preciso resgatar a teologia de fronteira e contra hegemônica a fim de discutir mais aberta e aprofundadamente sobre as desigualdades de gênero no ecumenismo. Segundo ela, não é mais possível continuar seguindo uma “*teologia domesticada*” conivente com injustiças e violações de direitos em nome de uma pretensa unidade cristã ou de valores morais cristãos.

Pois, esse posicionamento de grande parte das igrejas cristãs e também do movimento ecumênico influencia, por exemplo, no modo como as trajetórias das mulheres (até mesmo aquelas que galgaram espaços nas estruturas das

organizações ecumênicas) continuam a ser consideradas na narrativa oficial como adjuntas e de voz passiva e não como titulares ou como agentes da história cujos movimentos não podem ser contados por elas mesmas.

Como Fulata Moyo destacou, as mulheres ecumênicas precisam conhecer as caminhadas de outrora feitas pelas mulheres, desde antes da própria formação do CMI, cujos passos lograram importantes iniciativas no âmbito do campo ecumênico internacional. Inclusive, essa memória feita por ela na ocasião do V Congresso Latino-americano de Gênero e Religião, me direcionou para uma busca no site do Conselho Mundial de Igrejas quando encontrei um acervo de fotos e documentos de algumas de suas ações e participações⁶.

Por isso, diante da sentença de que há pessoas faltando à mesa ecumênica, frisamos as disputas epistemológicas e políticas na escrita nessa história assim como contradições e controvérsias envolvidas nesses processos e seus efeitos. Ao mesmo tempo, consideramos as agências envoltas nessa história sem adjetivações, mas destacando posições de gênero nos espaços nos quais participaram, considerando-as em relação com seus contextos e com outras mulheres e também com homens para incidir precursoramente no ecumenismo.

De todo modo, mulheres sentaram-se à mesa da história oficial do ecumenismo internacional desde seu início (Maxson, 2013), embora tenha sido majoritariamente européias e brancas assim como nas ciências sociais⁷, mas não deixaram de incomodar as propostas políticas e religiosas ainda marcadamente coloniais e patriarcais. Nesse sentido, se disputar narrativas bíblicas, teológicas e históricas e contar e se situar na história é politicamente importante para elas, é preciso indagar sobre os sentidos e lugares das caminhadas das mulheres nas mentalidades coletivas e historiografias oficiais ecumênicas e os efeitos simbólicos e políticos das ausências e silenciamentos historiográficos nas lutas políticas concretas de outras mulheres ecumênicas ou até mesmo não ecumênicas.

É nesse sentido, se há pessoas faltando nessa mesa, naquele evento, Fulata Moyo recordou algumas das mulheres que tiveram atuações de destaque no CMI em seus primeiros anos, em uma conjuntura influenciada por reivindicações dos movimentos sufragistas e de mulheres e também por uma nova perspectiva de atuação das igrejas como promotora da paz e da justiça no pós-guerra⁸.

Mulheres cujas ações demandavam o reconhecimento de seus trabalhos nas igrejas e no projeto ecumênico. Nas décadas posteriores, as demandas fomentadas

pela efervescência das propostas feministas e dos movimentos de mulheres – como questões sobre desigualdades entre homens e mulheres – marcaram os contextos de luta por direitos humanos, civis e políticos nos mais diversos campos sociais, também incidindo nas discussões e pautas ecumênicas em nível internacional.

A partir dessa metodologia de teologização apresentada por Moyo de contar as histórias não contadas para marcar assento esquecidos, descobri uma série de mulheres atuantes e importantes no processo de constituição do Conselho Mundial de Igrejas cujas caminhadas conduziram a ações importantes na América Latina. Especialmente, após o “Ano Internacional da Mulher” (1975), da “Década das Nações Unidas para a mulher” (1975-1985) e da sanção da Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979), novas premissas ganharam visibilidade no espaço público internacional contribuindo para o enfrentamento das vulnerabilidades das mulheres em cenários mundiais de guerra, pobreza, fome, exclusão social, desemprego, violações de direitos humanos e de pouco acesso à educação.

Por suposto, nenhuma destas temáticas foi consensuada ou isenta de conflitos, nem no ecumenismo, nem na sociedade. Mas, diante do cenário de afluência de demandas de mulheres e de coletivos feministas no mundo desde as décadas de 60, em 1987, a ONU avaliou negativamente o CMI por conta do pouco assento de mulheres em cargos e posições de comando e também da escassa incorporação das demandas das mulheres nas incidências da organização.

Em resposta a conjuntura política internacional, que a partir das demandas dos movimentos feministas formulou novos pactos internacionais pelos direitos civis, políticos, sociais e sexuais reprodutivos das mulheres, o departamento de “Mulheres na Igreja e na Sociedade” promulgou a “Década ecumênica de solidariedade das igrejas com as mulheres” (1988-1998) a fim de promover discussões sobre as condições, papéis e ações das mulheres nas igrejas e na sociedade, as relações entre homens e mulheres, o sexismo e a desigualdade entre homens e mulheres nas igrejas.

A despeito de muitas controvérsias e lutas políticas interdidas ou cessadas nas distintas temporalidades presentes e passadas, elas continuaram de forma atrevida persistindo na caminhada ecumênica comprometida com a vida e os direitos das mulheres nas igrejas, no ecumenismo e na sociedade nomeando suas experiências históricas para além dos limites de seus contextos sociais que

não as impediram de construir pautas e ações concretas em prol das mulheres, como veremos adiante.

Sobre Décadas de ação ecumênica de mulheres: histórias passadas que alimentam o presente.

A “Década ecumênica de solidariedade das igrejas com as mulheres” (doravante “*Década*”) foi implementada em diversos países da Páscoa de 1988 até a Páscoa de 1998 tendo como objetivos em âmbito mundial: capacitar às mulheres para que se opusessem às estruturas opressoras em suas comunidades religiosas e países; afirmar as contribuições decisivas das mulheres nas comunidades religiosas; compartilhar os trabalhos de direção, espiritualidade e reflexão teológica das mulheres; tornar conhecida as perspectivas e ações das mulheres em contextos de luta e de reivindicação de direitos, justiça e paz e integralidade da criação; capacitar igrejas para a superação das práticas discriminatórias (racismo, sexismo, classismo) e estimular as igrejas a empreender atividades solidárias com as mulheres (Baeske, 2001, p. 12).

A despeito de ser lembrada por muitas mulheres em campo como incidência importante para a provocação de pautas e discussões sobre direitos das mulheres, feminismos e gênero no ecumenismo, as fontes históricas da “*Década*” e, especialmente, da “*Nova década*” não foram salvaguardadas pelas organizações ecumênicas. Alguns folhetos, folders, atas, comunicações, boletins pude encontrar no escritório de Koinonia em São Paulo e no acervo do CONIC em Brasília e muitos materiais das atividades da “*Nova Década*” foram disponibilizados por Janette Ludwig (coordenadora da “*Nova Década*”).

Trata-se de uma história pouco conhecida (ver Philippsen, 2017), guardada em arquivos pessoais e sem qualquer catalogação em acervos institucionais ecumênicos, que parcialmente retomamos através da memória de algumas participantes as quais pudemos entrevistar (Duarte, 2018), mas que ainda precisam ser mais bem interpretadas. Como ressaltou Perrot (2008), para além de fontes inexistentes e vestígios escondidos e apagados sobre as mulheres há diversas outras formas de esvaecer as participações históricas femininas, como por exemplo, o uso do masculino plural nas fontes (documentais, demográficas, estatísticas), o renome das mulheres ao casar e suas reduções às esferas da domesticidade e da maternidade e suas adjetivações estereotipadas quando estão no espaço político e público.

Em termos de literatura produzida, há um livro sobre as ações da “*Década*” compilado pela jornalista Sibyla Baeske (2001) com contribuições de teólogas participantes, além do livro do CMI compilado por Natalie Maxson (2013), já citado. Sobre a “*Nova Década*” a escassez de fontes é ainda maior. De todo modo, pude conhecer mais densamente as ações da “*Nova Década*” através de conversas informais com Janette Ludwig em sua casa e com Ester Lisboa no escritório de *Koinonia* em São Paulo e através de entrevistas gravadas com Vera Roth (coordenadora da “*Década*”) e com as teólogas Margarida Ribeiro (metodista) e Marga Stroher (luterana) que assessoraram alguns dos encontros.

Diante desse conjunto bem distinto de fontes, é possível situar que a implementação da “*Década*” no Brasil em 1988 se aportou nos espaços ecumênicos que, desde a década de 1960, debatiam a realidade política e social do continente fomentados pelo Concílio Vaticano II e pela Conferência do Nordeste, que propuseram mudanças teológicas em suas Igrejas, bem como uma atuação social comprometida com a defesa dos direitos humanos, da justiça, da igualdade, da proteção da dignidade humana dos presos políticos e das vítimas do regime militar. Ressalta-se, ainda, o papel do CMI que assumia naquele momento o papel de defensor e de promotor dos direitos humanos como parte da vocação profética de suas igrejas-membro na defesa dos direitos individuais e da garantia dos direitos humanos, relacionado seus sagrados a lutas políticas específicas.

A partir desta organização institucional e política ecumênica, a “*Década*” é implementada no Brasil tendo o CONIC como articulador. Foi realizada em parceria com as suas igrejas-membros e entidades ecumênicas através de diferentes projetos que, de modo geral, promoveram ações de visibilização e participação das mulheres em suas comunidades religiosas e a mobilização dessas mulheres para garantir seus direitos como cidadãs na sociedade.

Para isso, em 1989, foi instalada a primeira Comissão Ecumênica da Década para iniciar os trabalhos sendo composta por Rosali Mandelli (ICAR), Maria Krug Silva e Maria Isolete Azevedo Moraes (Igreja Episcopal Anglicana do Brasil/IEAB), Vera Roth (Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil/IECLB), Alba Salgado Belotto e Elza Zenkner (Igreja Metodista) e o pastor Godofredo Boll como secretário-executivo do CONIC. Em 1991, a Comissão da “*Década*” foi formada por: Ana Isabel Alfonsin, Zuleida Pasquali e Maria Augusta Ghisleni (Igreja Católica Apostólica Romana/ICAR), Maria Aparecida P. Rosa e

Maria Krug Silva (IEAB), Vera Roth e Regina Maschizky (IECLB) e Rute Otto (Igreja Metodista) (Baeske, 2001).

Segundo Margarida Ribeiro, assessora da “*Década*”, a ideia proposta era que essa equipe fosse composta paritariamente por representantes de cada igreja do CONIC e também por leigas, a fim de fortalecer e incentivar a participação de todas as mulheres e não replicar um clericalismo como em outros órgãos ecumênicos e cristãos (Entrevista, 16/03/2016).

Para Margarida Ribeiro, além dos importantes temas que debateu, os encontros realizados promoveram a criação de espaços nos quais as mulheres puderam, a partir da escuta da vida de outras mulheres cristãs, se (re)conhecer enquanto mulheres religiosas que experienciavam “dores infinitas” (Gebara, 2017, p. 19) provocadas por seus sistemas de crença patriarcais. A partir desses encontros de partilha e fomentadores de novos conhecimentos e olhares, redes e vínculos foram sendo criados entre elas (Entrevista, 16/03/2016). Se antes elas estavam ensimesmadas em suas comunidades religiosas, com a participação em ações promovidas pela “*Década*” também puderam perceber como cada igreja lidava com as pautas e demandas sobre os direitos das mulheres bem como ampliar e construir novos olhares sobre a presença e participação das mulheres nas igrejas e na sociedade.

Isso porque a proposta da “*Década*” era trazer o debate sobre as desigualdades entre mulheres e homens nos contextos religiosos propondo uma atuação política e ética como pessoas religiosas que não se apartasse dos campos políticos, sociais, econômicos, ideológicos, éticos e das temáticas e demandas trazidas pelos movimentos sociais. “*Sou cidadã do mundo, o que vou fazer?*” era o argumento político que permeava as ações da “*Década*” e que se alinhava também a perspectiva do movimento ecumênico da necessidade de engajamento da comunidade cristã pela construção do bem comum.

Por suposto, algumas ações em uma década não restauravam séculos de exclusões e invisibilizações femininas, especialmente por que as incidências da “*Década*” provocavam, mas não promoveram transformações radicais e mais profundas nas estruturas, práticas, pensamentos, mentalidades e, no âmbito das igrejas, teológicas. Por isso mesmo, em 1993, o CMI realizou uma consulta de avaliação das atividades realizadas em cinco anos da “*Década*”, quando constatou que muitas igrejas não haviam se engajado na proposta. Diante disso, organizou

diversas comitivas aos países e igrejas-membros pelo mundo. Margareta Skold (da Igreja sueca e secretária-executiva do Programa de Saúde do CMI), Reverendo Norman Bent (Nicarágua) e Heinz Joachim Held (bispo da Igreja da Alemanha e então moderador do CMI) compuseram a comitiva que veio ao Brasil em 1996.

Vera Roth, coordenadora da “*Década*”, acompanhou essas visitas a algumas igrejas-membros, grupos de mulheres, grupos ecumênicos e também organizações da sociedade civil nas cidades de Brasília, Recife, Belo Horizonte, Vitória, São Paulo e Porto Alegre (Informativo Mulheres Agora, 1997, p. 9). E, apesar das recusas e dificuldades de muitas comunidades religiosas e autoridades eclesiais, a comitiva do CMI averiguou que a “*Década*” havia dado importantes passos no Brasil, destacando as ordenações femininas já aprovadas em algumas igrejas protestantes e a formação da cadeira de teologia feminista na Faculdade EST, em São Leopoldo (RS).

Seguindo essa perspectiva, a Comissão Nacional da “*Década*” sugeriu como eixo de ação, a fim de fomentar espaços para a realização de questionamentos sobre os papéis sociais e os lugares das mulheres nas teologias, nas igrejas, nas comunidades religiosas e na sociedade, inserções em diversos tipos de atividades ecumênicas e religiosas. Algumas das propostas consistiam em: (i) fortalecer os grupos locais de mulheres nas comunidades de fé, (ii) elaborar propostas litúrgicas e estimular a participação ecumênica nas celebrações do Dia Internacional da Mulher, (iii) edição do “Informativo Mulheres Agora” para visibilizar as ações ecumênicas de mulheres em suas comunidades religiosas, (iv) denunciar as desigualdades entre mulheres e homens e convocar as mulheres à mobilização em suas comunidades religiosas, (v) apoio as celebrações da Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos/SOUC e do Dia Mundial de Oração/DMO e a promoção de seminários nacionais e reuniões locais¹⁰ e também a participação em encontros e eventos de outros organismos ecumênicos e de suas igrejas¹¹.

Em 1994, em São Paulo, ocorreu o 1º Seminário Nacional da Década reunindo 52 mulheres de diferentes igrejas e tinha como objetivo discutir sobre o ecumenismo e fomentar a formação de grupos locais da “*Década*”. Na ocasião, as assessorias provocaram o debate sobre as relações das mulheres com o movimento ecumênico e seus lugares e papéis em suas igrejas. Mas, como as reuniões ecumênicas não são apenas espaços de formação e reflexão, mas de proposta de ação concreta, a ideia de “*envio*” surge como desígnio ecumênico para o mundo.

Wanda Deifelt, uma das assessoras daquele evento, pontuou sobre o compromisso ecumênico daquelas mulheres: elas deveriam sair daquele encontro com a missão de levar aquelas ideias para outras mulheres fossem elas de suas igrejas, de outras igrejas ou aquelas que estão engajadas em outros movimentos sociais (Informativo Mulheres Agora, 1994).

A partir da concepção de criação de vínculos e redes, essa proposta incentivava uma maior cooperação entre as mulheres para promover uma maior conscientização das mulheres sobre seus lugares no mundo e sobre as violações que sofria. Nesse sentido, “Abre os olhos, mulher!” foi o eixo norteador das atividades da “*Década*” em 1996 e propunha uma mirada e reflexão sobre as desigualdades, violências e injustiças contra as mulheres. Nos dois últimos anos da “*Década*” (97-98), a proposta era que a reflexão se voltasse para as relações entre ética e gênero a partir das perspectivas teológicas feministas. Em São Paulo, em agosto de 1997, foi realizado o 2º Seminário Nacional da *Década* tendo como assessoras teológicas feministas a luterana Wanda Deifelt e a metodista Nancy Cardoso expuseram sobre os “Desafios e propostas missionárias a partir das mulheres” e as “Mulheres libertárias libertadoras da Bíblia”, respectivamente (Informativo Mulheres Agora, 1994, 1996, 1997; Baeske, 2001). Deste modo, as ações da “*Década*” também estavam alimentadas por novas reflexões teológicas já em curso em algumas faculdades de teologia como na EST, em São Leopoldo (que instituiu a Cátedra de Teologia Feminista em seu currículo em 1990) que legitimavam as mulheres como agentes de teologia, mas uma teologia feminista.

Segundo Vera Roth, coordenadora da “*Década*”, que entrevistei na praça de alimentação de um shopping em Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, afirmou que os encontros (locais e nacionais) permitiam que as mulheres se conhecessem, conversassem e discutissem sobre a “*nossa saúde, do cuidado que devíamos ter consigo mesmas, dos direitos que a gente tinha, nesse sentido, sempre falando de nós. Sobre nossas partes do corpo, da autoestima*” (Entrevista, 27/11/2015).

Mas, era preciso, segundo Vera, pensar também sobre as exclusões e silenciamentos das mulheres nas igrejas e nas teologias e trabalhar para que as mulheres tivessem acesso às teologias feministas e os questionamentos sobre os lugares das mulheres na teologia e nas igrejas visto que “*as mulheres são muito escondidas na Bíblia*” (Entrevista, 27/11/2015). Defendia esse posicionamento, pois, se “*Cristo foi um homem, um homem que olhava pras mulheres, as citações*

bíblicas são muitas em relação a isso que, de fato, ele nos queria ao lado dos homens, e os homens ao nosso lado". (Entrevista, 27/11/2015), então, por que as mulheres continuavam sendo vistas nas igrejas como inferiores? Essa era uma das perguntas da Comissão da "Década" posta nos encontros realizados apesar das muitas dificuldades em trabalhar sobre as questões que envolviam as desigualdades entre homens e mulheres, sobretudo nas realidades das comunidades religiosas.

Todavia, os empecilhos e dificuldades para realizar as ações da "Década" eram também de outra ordem. Como me contou Vera Roth, a Comissão não possuía orçamento e acabavam fazendo trabalho voluntário sem remuneração assim como faziam em atividades nas igrejas. Assim, se mobilizavam para arcar com os custos das ações porque acreditavam na importância de "*poder abrir os olhos das mulheres pra situação em que a gente vive até hoje, de olhos vendados. Nós, inclusive, fizemos vários seminários com temas bem desafiantes, um deles foi: Abre teus olhos, mulher!*" (Entrevista, 27/11/2015). Para ela, a Comissão tinha essa "*gana de lutar*" porque era preciso enfrentar as situações de desigualdade as quais viviam as mulheres tanto de modo político, quanto "*com uma pitada de fé*".

Assim, a intenção era participar de eventos fora do campo religioso para construir uma ponte entre igrejas e sociedade e relacionar as dimensões da fé com a política¹². Por isso, segundo Vera, "*onde era possível a gente participar, a gente participava. Tudo que era convite que aparecia para nós, nós combinamos que se aparecesse algum convite do governo ou da sociedade, era pra participar, dar nosso testemunho*" (Entrevista, 27/11/2015). A partir disso, a Comissão se engajou na participação de congressos, discussão de políticas públicas em fórum de mulheres, ONGs e em outros eventos que não os das igrejas. Estabeleceram relações com outras mulheres, religiosas ou não, atuantes em outras bases sociais e movimentos populares e de mulheres a partir das quais tiveram contato com temáticas e demandas que advinham dos movimentos laicos feministas e de mulheres (Baeske, 2001).

Todavia, os desafios postos eram imensos e, por isso, era preciso muita persistência para ultrapassar tantas barreiras e muros colocados por suas próprias igrejas e também pelos organismos ecumênicos. Por exemplo, quando foram convidadas a participar da IV Conferência Mundial sobre a mulher em Beijing, China, em 1995. Esse era um convite fruto da participação delas em

reuniões do Fórum de Mulheres de Porto Alegre/RS para fazer a articulação local, nacional e internacional para o evento internacional. Embora tenham solicitado auxílio financeiro, nem suas igrejas nem o CONIC contribuiu de imediato. Segundo Vera, seu marido custeou as passagens, pois, ela não possuía renda própria. Apenas na semana da viagem, a IECLB se comprometeu a pagar parte da passagem assim como o CONIC (Entrevista, 27/11/2015).

Da participação nesse “*encontro político*” de mulheres que discutiram por dias sobre seus direitos, Vera recebeu convite para falar em 86 espaços religiosos. Inclusive, em um dos encontros em uma paróquia católica, abordou sobre o tema da legalização do aborto e em uma ocasião na Câmara dos Vereadores sobre os direitos das mulheres (Entrevista, 27/11/2015). Por suposto, o tema da descriminalização e legalização do aborto não era (e continua não sendo) pauta “*tranqüila*” nas comunidades religiosas e ecumênicas.

De acordo com Vera, após sua participação na Conferência Mundial sobre a mulher em Beijing, a coordenação da “*Década*” teve mais subsídios para realizar uma abordagem nos encontros sobre a questão da violência contra as mulheres. Essa era um tema que as preocupava visto que havia um senso comum nas comunidades religiosas que as mulheres cristãs não viviam violências em suas casas¹³. Diante de igrejas que se recusavam a discutir a questão, a Comissão se encorajou a “*fazer seminários em São Paulo, Brasília, Minas, vários lugares, tentando ampliar essa discussão da violência contra mulher, velhos e crianças*” (Entrevista, 27/11/2015) mobilizando outras denominações religiosas e também entidades da sociedade civil.

Deste modo, na primeira “*Década*” havia uma maior preocupação com as questões do cuidado de si e da autoestima das mulheres, discussões sobre a necessidade de garantir a igualdade entre homens e mulheres como fundamento teológico cristão, assim como diagnósticos sobre as realidades desiguais das mulheres nas igrejas e na sociedade. Mas também, temas como as violências contra as mulheres já permeavam os encontros. Segundo Vera, relatos sobre casos de mulheres religiosas que eram violentadas desde criança e continuavam sendo violentadas em nome da fé eram comumente feitos. Todavia, havia ainda muitas reticências das próprias mulheres em debater esses temas.

Ora, a partir desses dados trazidos pela memória dessas mulheres e por escassas fontes podemos situar e considerar como as persistentes desigualdades

entre homens e mulheres no movimento ecumênico estiveram e continuam estando relacionadas com as conjunturas políticas, contextos sociais e cenários de transformações nos campos religiosos. No caso específico da “*Década*” é possível percebê-la como fruto também de uma conjuntura internacional de avanços e conquistas de direitos das mulheres cujas ações foram desenvolvidas a partir de novas categorias, como gênero. E, no caso do Brasil, em um momento de redemocratização e de importantes debates e lutas políticas por uma nova constituição focada nas questões de garantia de direitos e de igualdade social, racial e de gênero.

Nesse sentido, mesmo sendo também considerada ação de incidência que não logrou efetivar os avanços desejados e necessários, muitos passos foram dados pela “*Década*” diante de passados-presentes severamente desiguais. Por exemplo, a entrada da discussão de seus eixos norteadores dentro das igrejas, permitiu também uma tomada de consciência da realidade de vida das mulheres bem como as situações sociais vividas por elas dentro de suas comunidades de fé. Ainda que tenha seguido uma agenda de propostas do CMI, possibilitou localmente a criação de espaços nos quais as mulheres podiam discutir essas questões importantes (algumas consideradas dogmas) a partir do conhecimento das realidades enfrentadas por mulheres de diferentes igrejas nas mais distintas localidades do país.

Igualmente, considero que a experiência de Vera Roth durante a “*Década*” nos possibilita perceber como, apesar dos diversos contrassensos, mulheres como Vera (mãe, dona de casa, sem formação política ou teológica), mas que eram vinculadas a grupos de mulheres ou a ações sociais em suas igrejas, puderam transformar suas acepções sobre si, sobre as demais mulheres, sobre o sagrado e suas relações com as teologias, as políticas e as demandas feministas.

Ao participar dos espaços fomentados pela “*Década*” puderam também realizar ações políticas de reivindicação e de reflexão social sobre os problemas que atingiam as mulheres no mundo. Especialmente porque as temáticas trabalhadas pela “*Década*” passaram também a dialogar com as demandas dos movimentos de mulheres a partir dessas participações oportunizadas pela “*Década*”.

E, no plano mais geral, redes e perspectivas de luta foram construídas por essas e outras mulheres a fim de demandar direitos bem como realizar as mudanças necessárias e as possíveis a partir da conexão entre ecumenismo, feminismos, sagrados e políticas diante de suas realidades religiosas tão

arraigadas por conceitos e práticas patriarcais. Nesse sentido, a “*Década*” oportunizou encontros e diálogos entre as questões trazidas por uma pluralidade de mulheres, permitindo vislumbrar barreiras a ser ultrapassadas e reconhecer as conquistas feitas.

Para mulheres como Vera que nunca haviam experimentado contextos e círculos que não os familiares, de vizinhança e de igreja, o espaço ecumênico, com todas as ressalvas, possibilitou que elas tivessem acesso a outras perspectivas teológicas e políticas. E a partir dessas experiências (mas não apenas) realizassem críticas aos lugares desiguais das mulheres nas igrejas e aos seus papéis subalternizados nas teologias. No plano das comunidades, a “*Década*” também incidiu, como aponta Philippsen (2017), na criação de espaços como o Fórum de Reflexão da Mulher Luterana nos anos de 1990 na Igreja Evangélica de Confissão Luterana/IECLB.

Todavia, se é importante pontuar os avanços feitos, é também preciso fazer as críticas necessárias à “*Década*”. A primeira crítica feita por algumas de suas participantes versa sobre como o conteúdo do escopo da proposta ainda se assentava em perspectivas patriarcais que tratavam as mulheres como pessoas de menor importância para as igrejas. Como afirmou Margarida Ribeiro,

não é a igreja que estava tendo solidariedade com as mulheres, mas a mulher que continuava solidária a igreja. Porque o maior número nas igrejas são as mulheres, o maior número de ações propriamente ditas tanto na área social, em diversas áreas, na educação e em outras, é das mulheres (Entrevista, 16/03/2016).

Essa perspectiva também foi também pontuada pelos grupos de discussão de mulheres durante o 1º Encontro Nacional da Década, em 1994, quando reforçaram: “*Não há década, ecumenismo, solidariedade e nem Igreja sem mulher!*” (Informativo Mulheres Agora, 1994). E reforçada na carta direcionada às igrejas durante a 8ª Assembleia do CMI, em 1998, mas de modo a sublinhar que a solidariedade com as mulheres não vinha das estruturas eclesiais, mas do encontro delas com outras mulheres: “*A Década de Solidariedade das Igrejas com a Mulher tornou-se uma década de mulheres em solidariedade com outras mulheres*” (Baeske, 2001, p. 40).

A segunda crítica realizada era uma avaliação das ações realizadas e das não realizadas. Ainda em 1996, antes do fim da “*Década*”, representantes da Comissão nacional e das comissões regionais instituídas se reuniram em Porto

Alegre/RS para avaliar a continuidade das ações no Brasil. Na ocasião, deliberaram que o trabalho deveria prosseguir a fim de que mais mulheres tivessem acesso àquelas discussões e temáticas e, para isso, estabeleceram três ações: enviar um comunicado ao CMI informando sobre a necessidade da continuidade das reflexões trazidas pela “*Década*”; visibilizar as ações da “*Década*” nas igrejas as quais pertenciam e continuar o trabalho da “*Década*” sob o nome de Ação Ecumênica Solidária de Mulheres privilegiando a temática das violências contra as mulheres. Mas, essa é história para outro momento.

Por suposto, a “*Década*” se constituiu em ação importante para a reflexão sobre os lugares e papéis das mulheres nos espaços das igrejas e do ecumenismo bem como ensejou encontros entre mulheres e ações concretas em prol da igualdade entre homens e mulheres nos espaços religiosos e sociais. Apesar disso, sabemos que os desafios não foram completamente superados nem no campo religioso nem na sociedade. Por isso, como afirma a teóloga feminista e pastora luterana Marga Ströher, apesar dos avanços, tais ações não foram capazes de avançar estruturalmente a igualdade de gênero nos espaços ecumênicos e de fé (Entrevista 11/01/2016). Deste modo, a despeito de possibilitar encontros entre mulheres de diferentes pertencas cristãs, havia ainda, como afirmou Marga, um caráter de “*encontro de clube*” marcadamente tradicional e avesso a algumas pautas impedindo os avanços necessários.

Todavia, mesmo diante dos descompassos, as mulheres que encontrei durante a pesquisa de campo seguem repensando, subvertendo e reformulando seus lugares nas igrejas e nas ações ecumênicas e refutando valores entendidos como “femininos” ou “de mulheres”. Ainda que muitos mais passos precisem ser dados, essa caminhada só pode ser feita porque o ecumenismo, com suas diversas contradições, também possibilita diálogos e proposições menos possíveis em outros campos religiosos. Se apropriando disso, as mulheres têm, mesmo que muitas vezes não conduzindo, experimentado ritmos e incorporando novos compassos às danças ecumênicas.

Deste modo, nos últimos anos, a despeito do movimento ecumênico brasileiro ter pluralizado o escopo de sua atuação política se posicionando publicamente (com diversos conflitos e ressalvas) pela defesa da laicidade do Estado, do pluralismo religioso, das identidades de gênero, dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, pelo fim do genocídio das juventudes negras, em

defesa dos povos indígenas, contra as intolerâncias religiosas, há ainda uma persistente ideia de hegemonia colonial cristã no ecumenismo que tem grande dificuldade em compartilhar a “*casa comum*”¹⁴ com outras vivências religiosas e políticas.

Considerando esses embates, dissensos e controvérsias no campo ecumênico, entendo que somos nós aquelas que mais têm atuado politicamente na constituição de entre-lugares e provocando os *status quo*. Por isso mesmo, temos procurado subverter não apenas lugares e espaços, mas também conceitos e ideias visto que o histórico conceitual ecumênico continua a fazer efeitos nas ações políticas atuais do movimento. E, para isso, consideramos importante denunciar as contradições da história ecumênica através de ações políticas orientadas por teologias não coloniais e não sexistas alinhadas com o compromisso político para que todas as pessoas estejam realmente convidadas a comungar a ceia ecumênica. Mas, há ainda muitas outras histórias a ser contadas e interseccionadas sobre o ecumenismo.

De todo modo, nesse artigo, as testemunhas e as fontes esquecidas dizem respeito às mulheres que fizeram as ações da “*Década*” ecumênica para afirmar as relações entre investidas atuais contra persistentes teologias patriarcais e coloniais e ações políticas do passado. Especialmente porque, apesar das fissuras históricas e das discordâncias epistêmicas e políticas, essas ofensivas não objetivam unicamente ocupar cargos ou promover participações iguais entre homens e mulheres nas igrejas, no ecumenismo e na sociedade, mas, sobretudo disputar a história e fazer de nossas participações não um anexo, mas parte constitutiva da casa comum ecumênica. E, para isso, muitos tetos precisam ser lembrados e muitos outros precisam ainda ser erguidos.

Conclusivas

“Não sabia que alguém tinha interesse nessa história”
Ester Lisboa, leiga anglicana, em conversa informal com a pesquisadora.

Neste artigo, inscrevemos histórias conhecidas e desconhecidas da participação de algumas mulheres no ecumenismo para reafirmar a intenção epistemológica inicial de apresentar uma “*história a ser contada*” sobre o movimento ecumênico. Assim, através do “que se lembra, sente, recolhe, evidencia

ou mesmo se esconde” (Ströher, 2005, p. 123), algumas histórias cujos tetos foram esquecidos, nomes que não nomeiam edifícios e não são reconhecidos como expoentes do ecumenismo foram apresentados.

Tomamos, nessa análise, “espaços de experiências” e “horizontes de expectativas” que entrelaçam no presente o passado e o futuro constituindo “as ações concretas no movimento social e político” (Koselleck, 2006, p. 308) e o próprio tempo histórico. Deste modo, o objetivo não foi revelar temporal e linearmente mulheres protagonistas de uma história acabada ou realizar uma linha do tempo das ações das mulheres ecumênicas.

Nesse sentido, reconhecemos as ações de mulheres em distintos momentos da história do ecumenismo honrando suas memórias e testemunhos para partilhar uma linhagem historiográfica sobre as mulheres ecumênicas iniciada desde o século passado. Passado que é futuro visto que no presente mais de nós somos afetadas pelas epistemologias e hermenêuticas feministas que nos fortalece para “denunciar” como as participações de mulheres continuam sendo excluídas e não reveladas na história do movimento ecumênico. Futuro que é passado e nos recorda caminhos pelos quais temos persistentemente trilhado mesmo que, muitas vezes, promovendo poucas mudanças nas rotas que nunca desejamos fazer.

Parte desse processo de “descobrir outros horizontes, formular novas perguntas, sugerir outras respostas e encontrar *novos caminhos para se pensar a mudança*” (Ströher, 2005, p. 123) envolve considerar tempos históricos e lugares em espaços sociais variados, de modo a refletir sobre outros passos a serem dados diante de caminhadas trilhadas, mas cujas trilhas foram apagadas. É por isso que nossas escritas precisam ser nutridas por essas histórias que “*indicam caminhos de resistência nas fronteiras do poder normativo*” (Ströher, 2005, p. 123).

Assim, pudemos “suspeitar” das teologias patriarcais e da história oficial do cristianismo e do ecumenismo (Fiorenza, 1995; 1995) e dos cânones e clássicos das ciências cujos sujeitos são masculinos (Corrêa, 2003; Del Priori, 2001; Perrot, 1998 e 2005, Scott, 1992; dentre tantas outras). Fazemos ações de incidência políticas, produzimos artigos acadêmicos e materiais de formação teológica, bíblica ou ecumênica. “Denunciamos” nossas existências reduzidas à mulher singular alocada nas esferas da domesticidade, da casa, da família e da reprodução como destino e refutamos tais lugares destinados como nossos, enquanto o espaço público próprio do político e do conhecimento, é destinado para o masculino.

Epistemicamente feministas consideramos como esse sistema de crença, de pensamento e de organização das sociedades modernas estruturado pelo patriarcado dicotomiza natureza e cultura, casa e rua, política e doméstico organizando-se por meio de estereótipos de gênero produtores de violações de muitos direitos. Entretanto, no novo século presenciamos espaços ecumênicos e das igrejas sendo tomados por temas “*inconvenientes*” e por sujeitas e grupos que provocam dogmas e verdades bíblicas e a própria crença como lugar de identidade fixa (Martins, 2019).

Diante disso, urge continuar reafirmando a história, em suas distintas e relacionadas dimensões, e o cotidiano como lugar político de luta e reivindicação de demandas e direitos das mulheres assim como o passado como memória do que se conquistou. Ora, tomar o cotidiano como espaço próprio e pertinente do fazer política feminista e de teorias analíticas sobre relações de gênero é perspectiva há muito considerada pela historiografia feminista (RAGO, 1998) e continuamos honrando. Pois, nossas teorias feministas são feitas também pelos sofrimentos, pelo chão que pisamos, pelos imponderáveis e pelas inconcretudes das realidades, por aquilo que é comezinho. São esses que nutrem os caminhos por “onde nossa história real acontece” (Gebara, 2017, p. 179) e por meio dos quais desejamos construir nossas resistências.

Por isso, se “nos mesmas” (Duarte, 2018) nos inscrevemos em diferentes campos políticos de modo a participar de ações e lutas de promoção dos direitos das mulheres e de justiça e igualdade de gênero, é para produzir outras formulações sobre nossos sagrados e nossas políticas feministas (Duarte, 2021). É também para disputar a história oficializada e marcá-la com as memórias dos tetos que construímos, para que eles tenham nossos nomes, para que tenhamos assento e autoria nos anais dessa história (e de muitas outras) que há séculos estão sendo contadas através de uma presença ausente de quem somos e de quem desejamos ser.

Referências bibliográficas

BAESKE, Sylvia (org.). *Mulheres que desafiam as igrejas cristãs*. Petrópolis: Vozes, 2001.

BENCKE, Romi Márcia. *Ecumenismo, valores sociais e modernização: a percepção dos agentes eclesiais*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2014.

- BRANCO, Louise Caroline G.; BEZERRA, Cristina Diógenes S., FLORES, Eugenia; BEZERRA, Telma Jordânia R.; DOS REIS, Ízis Morais L., BÖSCHEMEIER, Ana Gretel Echazú; CABANILLAS, Natalia. A escrita feminina nos “clássicos” antropológicos do Sul: Uma reflexão anticânone. *Revista Epistemologias do Sul*. v. 2, n. 1, 2018. p. 66-100.
- CASTRO, Celso (org.). *Além do Cânone: Para Ampliar e Diversificar as Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2022.
- CORRÊA, Mariza. *Antropólogas e Antropologia*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.
- CORDEIRO, Juliana G. Fundamentalismo – algumas considerações históricas sobre o fenômeno. DIAS, Zwinglio Mota (org.). *Os vários rostos dos fundamentalismos*. São Leopoldo: CEBI, 2009, p. 7-18.
- CUNHA, Magali do Nascimento. Navegando pelas águas do movimento ecumênico: águas instáveis, barco firme. *Simpósio*. São Paulo, n. 49, nov. de 2009. p. 05-11.
- DEIFELT, Wanda. A luta continua: Interseccionalidade como Lente Epistemológica. *Coisas do Gênero*. São Leopoldo, v.1, n. 1, jul.-dez. de 2015.
- DEL PRIORE, Mary. História das mulheres: as vozes do silêncio. FREITAS, M. C. (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2001. p. 217-235.
- DE SOUZA, Sandra D. Estudos feministas e religião: percursos e desafios. DE SOUZA, Sandra D.; DOS SANTOS, Naira. P. *Estudos feministas e religião: tendências e debates* (Vol. 2). Curitiba: Prismas; São Bernardo do Campo: UEMESP, 2015.
- DIAS, Zwinglio. Fundamentalismo – o delírio dos amedrontados (anotações sócio-teológicas sobre uma atitude religiosa). DIAS, Zwinglio Mota (org.). *Os vários rostos dos fundamentalismos*. São Leopoldo: CEBI, 2009. p. 19-38.
- DUARTE, Tatiane dos S. “A casa dos ímpios se desfará, mas a tenda dos retos florescerá”: a participação da Frente Parlamentar Evangélica no legislativo brasileiro. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Brasília: Universidade de Brasília, 2011.
- DUARTE, T. dos S. *Sobre persistências históricas ou sobre insistentes rebeldias feministas no movimento ecumênico brasileiro*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Brasília: Universidade de Brasília, 2018.
- DUARTE, Tatiane dos S. Sobre sagrados políticos feministas e ação ecumênica de mulheres. *Tempo da Ciência*, v. 28, n. 55, 2021. p. 37-54.
- FIORENZA, Elizabeth S. *As origens cristãs a partir da mulher: uma nova hermenêutica*. São Paulo: Paulinas, 1992.
- FIORENZA, Elizabeth S. *Discipulado de Iguais: uma ekklesia-logia feminista crítica da libertação*. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.
- GEBARA, I. Pensar a rebeldia cristã a partir das relações de gênero. SOUZA, S. D. de (org.). *Gênero e religião no Brasil: ensaios feministas*. São Bernardo do Campo: Editora da Universidade Metodista, 2006.

GEBARA, I. As epistemologias teológicas e suas consequências. NEUENFELDT, E.; BERGESCH, K., PARLOW, M. (org.). *Epistemologia, Violência e Sexualidade: olhares do II Congresso Latino-Americano de Gênero*. Editora Sinodal, 2008.

GEBARA, Ivone. *Mulheres, Religião e Poder: ensaios feministas*. São Paulo: Edições Terceira Via, 2017.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*. Campinas: UNICAMP, n. 5, 1995. p. 07-41.

HARDING, Sandra. Feminism Confronts the Sciences: Reform and Transformation. HARDING, Sandra. *Whose Science? Whose Knowledge? Thinking From Women's Lives*. Ithaca: Cornell University Press, 1991. p. 19-50.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora da PUC-Rio, 2006.

MACHADO, Maria das Dores C. Representações e relações de gênero nos grupos pentecostais. *Rev. Estud. Fem.* Florianópolis: UFSC, n. 13, V. 2, 2005. p. 387-396.

MARTINS, Milena G. dos S. *(Fé)minismo: análises sociológicas sobre feministas evangélicas*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2019.

MAXSON, Natalie. *Journey for Justice: The Story of Women in the WCC*. Genebra: WCC Publications, 2013.

MOYO, Fulata Lusungu. “Amplia o lugar da tua tenda, e estendam-se as cortinas das tuas habitações...” (IS 54:2): um relevante congresso sobre gênero e religião com uma perspectiva ecumênica, internacional e inter-religiosa. MUSSKOPF, André; BLASI, Márcia. *História, saúde e direitos: sabores e saberes*. Anais do IV Congresso Latino-americano de gênero e religião. São Leopoldo: CEBI, 2016. p. 261-265.

NAVARRO-SWAIN, Tânia. A Construção Imaginária da História e dos Gêneros: o Brasil no século XVI. ALMEIDA, Jaime de (org.). *Caminhos da História da América Latina: tendências e contornos de um campo historiográfico*. Brasília: ANPHLAC, 1998. p. 130-153.

PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História – Operários, Mulheres e Prisioneiros*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. São Paulo: EDUSC, 2005.

PHILIPPSEN, Rosane. *Encontros e resistências: o fórum de reflexão da mulher luterana, sua origem e contribuições às mulheres da IECLB*. Dissertação (Mestrado Profissional em Teologia). São Leopoldo: Faculdades EST, 2017.

PY, Fábio. Padre Paulo Ricardo: trajetória política digital recente do agente ultracatólico do cristofascismo brasileiro. *Tempo & Argumento*. Florianópolis: UDESC, n.34, v.13, 2021.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (Org.). *Masculino, Feminino, Plural*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

ROSADO NUNES, Maria José. O impacto do feminismo para os estudos das religiões. *Cadernos Pagu*. Campinas: UNICAMP, n. 16, 2001. p. 79-96.

ROSADO NUNES, Maria José. Gênero: uma questão incômoda para as religiões. SOUZA, Sandra Duarte de; DOS SANTOS, Naira Pinheiro (org.). *Estudos feministas e religião: tendências e debates*. Curitiba: Prismas, 2014. p. 129-147.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992. p. 63-95.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana M. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, v. 27, n. 54, 2007. p. 281-300.

SPIVAK, Gayatri C. Can the Subaltern Speak? In: MORRIS, Rosalind C. (Ed.) *Can the Subaltern Speak?* Reflection on the history of an idea. Columbia University, 2010. p. 21-80.

SOUZA, Daniel. O Ecumenismo nas “Bandas de Cá”: Algumas Suspeitas sobre o Congresso Evangélico do Panamá (1916). PEREIRA, Nancy; SOUZA, Daniel. *Ecumenismo: um grão de salvação escondido nas coisas do mundo*. São Paulo: Fonte Editorial, 2014. p. 15-38.

STRÖHER, Marga. A história de uma história – o protagonismo das mulheres na Teologia Feminista. *História Unisinos*, v. 9, n. 2, mai.-ago. de 2005.

TOSTE, Verônica; SORJ, Bila (org.). *Clássicas do Pensamento Social: mulheres e feminismos no século XXI*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021.

VILHENA, Valéria Cristina. *Um olhar de gênero sobre a trajetória de vida de Frida Maria Strandberg (1891-1940)*. Tese (Doutorado em Educação, Arte e História da Cultura). São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2016.

WOOLF, Virgínia. *Um teto todo seu*. São Paulo: Círculo do livro [1929].

Documentos consultados:

INFORMATIVO MULHERES AGORA, Comissão Ecumênica da Década de Solidariedade com a Mulher, Conselho de Igrejas Cristãs (CONIC), ano 3, número especial, fevereiro de 1992.

INFORMATIVO MULHERES AGORA, Comissão Ecumênica da Década de Solidariedade com a Mulher, Conselho de Igrejas Cristãs (CONIC), ano 5, n. 5, dezembro de 1994.

INFORMATIVO MULHERES AGORA, Comissão Ecumênica da Década de Solidariedade com a Mulher, Conselho de Igrejas Cristãs (CONIC), ano 6, número 6, janeiro de 1996.

INFORMATIVO MULHERES AGORA, Comissão Ecumênica da Década de Solidariedade com a Mulher, Conselho de Igrejas Cristãs (CONIC), ano 7, n. 7, janeiro de 1997.

Agradeço as colegas do Laboratório de Estudos de Religião e Política/LABERP da Fundação Joaquim Nabuco pelas contribuições feitas e que procurei de algum modo incorporar ao texto.

¹ Trecho da canção “Deus há de ser”, autoria de Pedro Luís, que compõe o álbum “Deus é Mulher” (2018) de Elza Soares.

² Neste artigo faço o exercício de escrever na primeira pessoa do plural e no feminino. Utilizo “*Aspas duplas e grifo em itálico*” para categorias êmicas nativas. Somente “aspas duplas”: para citações de referências e de categorias analíticas.

³ O método da suspeita tem sido utilizado pelas teologias feministas para inquirir as teologias através de uma hermenêutica bíblica feminista opositora aos silenciamentos históricos e teológicos, a verdade de dogmas e doutrinas e os usos bíblicos para justificação de desigualdades e violências de gênero. Para Fiorenza (1992), a metodologia da suspeita trata-se de uma reconstrução, feita a partir da crítica, mas que também realiza um processo construtivo-propositivo e envolve 1. Duvidar e colocar em xeque as teologias normatizadas; 2. Recuperar a memória e as ações esquecidas; 3. Fazer a crítica, a correção e a transformação de conceitos apreendidos como verdades únicas; 4. Disputar os conceitos teoricamente; 5. Realizar a auto avaliação crítica.

⁴ O Conselho Mundial de Igrejas/CMI nasce junto com a Declaração de Direitos Humanos da ONU, em 1948. E tem atuado ao longo do século XX em ações mundiais de incidência em favor das democracias, das liberdades e da agenda dos direitos humanos, sobretudo, relativas às desigualdades, violências e injustiças sociais e estabelecimento da paz.

⁵ Importante destacar duas questões. A primeira delas é que, apesar do discurso da “grande política ecumênica” (Duarte, 2018) estar aportado epistemicamente no Norte Global, não foi possível realizar na tese diálogo com as teorias feministas decoloniais embora as teologias queer e negra sejam fundamentais para os debates feitos pelas mulheres no campo ecumênico e fora dele. A segunda questão é que o perfil dessas mulheres ecumênicas difere bastante das mulheres cristãs e, especialmente, de mulheres evangélicas. Em ampla maioria, são mais brancas, mais escolarizadas, quando não igualmente intelectualizadas e acadêmicas, de maior poder aquisitivo, com maiores vivências e experiências profissionais e educacionais, ocupantes de cargos mais bem remunerados as alocando socialmente como sujeitas de privilégios sociais apesar das diversas experiências de sofrimento e violência vividas, inclusive em suas comunidades de fé.

⁶ Posteriormente tomei conhecimento de um livro de Natalie Maxson (2013), publicado pelo Conselho Mundial de Igrejas, a partir do qual pude aprofundar meu conhecimento sobre aquelas trajetórias, mesmo tendo acesso apenas a um de seus capítulos.

⁷ Há um movimento nas ciências sociais de reflexão sobre quem são as autorias construídas como clássicos e cânones das disciplinas. Ver as recentes publicações de Toste; Sorj, 2021 e Castro, 2022.

⁸ No capítulo 2 da tese apresento as ações dessas mulheres que não puderam ser evidenciadas nesse artigo. (Cf. BAESKE, 2001 e MAXSON, 2013).

⁹ A “Nova Década – Ação Ecumênica de mulheres” (1998-2008), também realizada pelo Conselho Nacional de Igrejas Cristãs/CONIC, iniciou-se em junho de 1999 tendo como sede a cidade de São Paulo que possuía uma regional bem estruturada e atuante à época e o apoio de organismos ecumênicos como CLAI e Koinonia. Privilegiou as temáticas relativas às violências contra as mulheres promovendo grupos de estudos bíblico-teológicos e também de encontros regionais e encontros nacionais temáticos.

¹⁰ O Seminário “Mulheres Agora” ocorrido em 29 de setembro de 1994, em Porto Alegre, contou com a presença de 35 mulheres representantes das igrejas do CONIC. Assessoraram o encontro a psicóloga Valburga Streck, a advogada Denise Dora e a desembargadora Maria Berenice Bento (Informativo Mulheres Agora, 1994).

¹¹ Em 1991, as coordenadoras da “*Década*” estiveram com o Papa João Paulo II quando entregaram uma carta sobre as desigualdades entre homens e mulheres nas igrejas e a necessidade das igrejas cristãs darem outro testemunho público à sociedade sobre estas e outras violações cometidas às mulheres. Participaram da “Consulta Nacional de Mulheres” proposta pelo Conselho Latino Americano de Igrejas/CLAI, realizada em 1994 em São Paulo, sobre missão teológica das mulheres, participação social, autoestima e violência e mantiveram intercâmbio regular com a então Secretária da Família, Mulheres e Crianças do CLAI tendo participado de sua segunda assembleia no Chile, em 1995, quando discutiram, dentre tantos temas, a feminilização da pobreza e da violência (Baeske, 2001).

¹² Ana Isabel Alfonsin participou em 1994 do Foro de Mulheres da América Latina e Caribe, em Mar Del Plata, Argentina (Informativo Mulheres Agora, 1992; 1994).

¹³ Márcia Blasi contou sobre a negação das violências de gênero no campo religioso. Segundo ela, antes dos anos de 2000 “a gente não falava muito de violência. A gente falava sobre sofrimento, mas não o nome violência”. Por isso, “quando eu comecei a trabalhar em 2008 com as mulheres e com o tema de violência contra as mulheres, elas me disseram: ‘Pastora, isso não tem aqui não. Isso é coisa lá da vila [periferia, favela]. Aqui não’. E aí quando eu voltei pra mesma comunidade cinco anos depois, elas estavam envolvidas em um projeto municipal discutindo a violência contra as mulheres dentro do Conselho Municipal de Mulheres” (Entrevista 26/1/2015).

¹⁴ Essa expressão evoca nova compreensão da *oikoumene*, princípio cristão expresso pelo verbo “bíblico-teológico da unidade da criação de Deus que chama ao valor ao outro e à diversidade (Gn 2.18) e resulta em aceitação, respeito, diálogo, responsabilidade com a criação, parceria, amor ao outro (Dt 10.19)” (Cunha, 2009, p. 1), tanto no movimento ecumênico, quanto em documentos de igrejas, como na *Laudato Si* católica.

Recebido em 10/05/2022

Aceito para publicação em 10/06/2022